

**UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM ENSINO DE CIÊNCIAS**

FABIANA PEREIRA COELHO

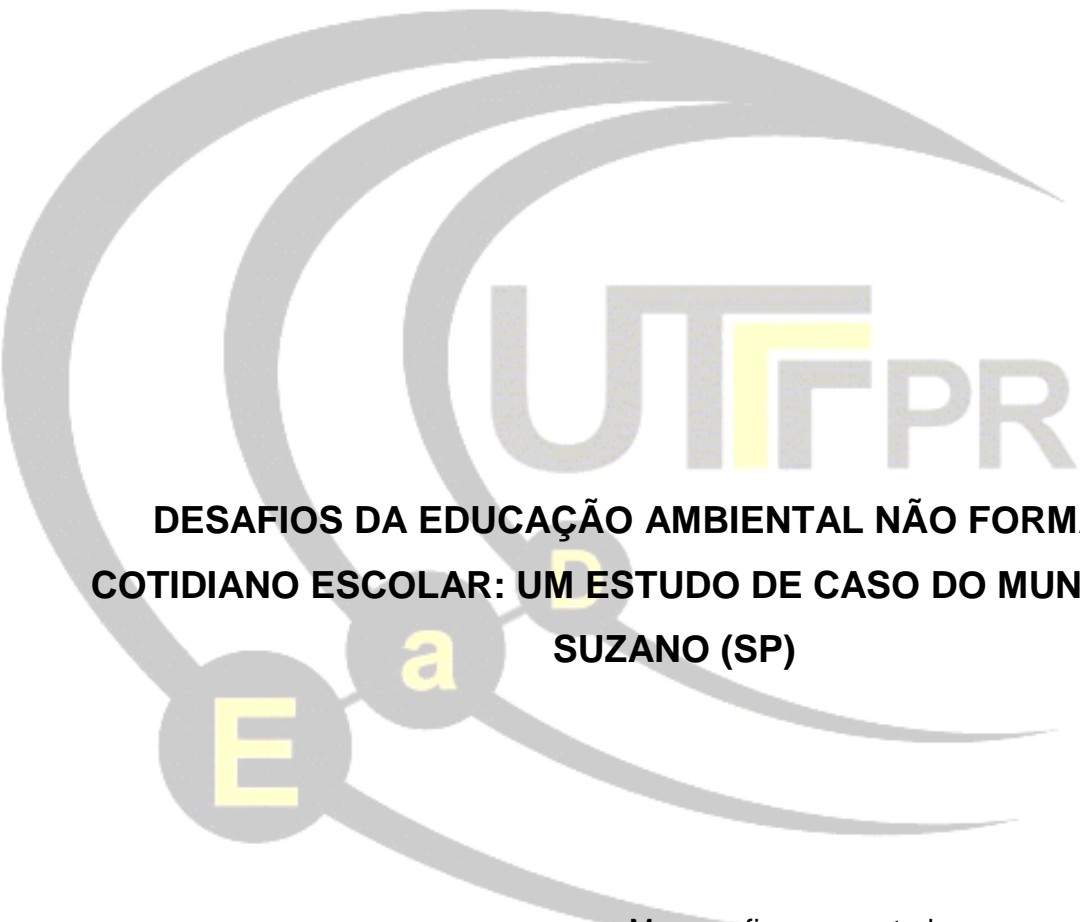
**DESAFIOS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NÃO FORMAL NO
COTIDIANO ESCOLAR: UM ESTUDO DE CASO DO MUNICÍPIO DE
SUZANO (SP)**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

MEDIANEIRA

2014

FABIANA PEREIRA COELHO



**DESAFIOS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NÃO FORMAL NO
COTIDIANO ESCOLAR: UM ESTUDO DE CASO DO MUNICÍPIO DE
SUZANO (SP)**

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Especialista na Pós Graduação em Ensino de Ciências – Pólo de Tarumã, Modalidade de Ensino a Distância, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR – Câmpus Medianeira.

Orientador: Prof. Dr. Adelmo Lowe Pletsch

MEDIANEIRA

2014



TERMO DE APROVAÇÃO

DESAFIOS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NÃO FORMAL NO COTIDIANO ESCOLAR: UM ESTUDO DE CASO DO MUNICÍPIO DE SUZANO (SP)

Por

Fabiana Pereira Coelho

Esta monografia foi apresentada às 8:30h, do dia 13 de dezembro de 2014 como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista no Curso de Especialização em Ensino de Ciências – Pólo de Tarumã, Modalidade de Ensino a Distância, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Câmpus Medianeira. O candidato foi argüido pela Banca Examinadora composta pelos professores abaixo assinados. Após deliberação, a Banca Examinadora considerou o trabalho Aprovado.

Prof. Dr. Adelmo Lowe Pletsch
UTFPR – Câmpus Santa Helena
(orientador)

Prof. Me. Jaime da Costa Cedran
UTFPR – Câmpus Medianeira

Prof. Me. Rodrigo Ruschel Nunes
UTFPR – Câmpus Medianeira

Dedico este trabalho a uma grande amiga que me incentivou a realizar esta especialização. Ao meu namorado e também colega de curso, que em meio a tantos fóruns e tarefas, compartilhou comigo suas reflexões, acrescentando conhecimentos à minha formação.

AGRADECIMENTOS

Aos meus queridos pais por me proporcionarem a educação que tive e o desejo de aprender, que se mantem vivo.

Aos meus amigos, em especial à Adriana, por contribuírem com suas opiniões acerca de algum tema da educação e me ajudarem a construir um pensamento crítico.

Ao meu namorado, Ricardo, que sempre me incentivou e colaborou com dicas preciosas para o desenvolvimento deste trabalho.

E aos meus alunos que, com toda a curiosidade e dificuldades, incentivaram-me, mesmo que indiretamente, a acreditar em um futuro melhor para a educação brasileira.

“É preciso aprender a navegar em um oceano de incertezas em meio a um arquipélago de certeza”. (Edgar Morin)

RESUMO

COELHO, PEREIRA FABIANA. **Desafios da educação ambiental não formal no cotidiano escolar: um estudo de caso do município de Suzano (SP)**. 2014. 39 folhas. Monografia (Especialização em Ensino de Ciências). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2014.

A educação ambiental representa um mecanismo fundamental no combate à degradação do meio ambiente. Além da educação ambiental formal, desenvolvida no âmbito dos currículos escolares, há a educação ambiental não formal, com ações voltadas à sensibilização da coletividade. O intuito dessa pesquisa foi o de investigar como se dá a educação ambiental não formal, promovida pelo poder público, no caso, pela Prefeitura de Suzano, no cotidiano escolar, ou seja, com a participação das escolas. O cenário descrito foi fundamentado em dados referentes à educação ambiental neste município, obtidos por meio de pesquisa documental, bem como por entrevistas estruturadas a duas professoras da rede pública, participantes do concurso “Criando com material reciclável”, ação educativa de caráter não formal, desenvolvida pela prefeitura junto às escolas do município. A falta de cooperação e articulação entre as secretarias responsáveis pela gestão municipal de educação ambiental, foi um dos problemas encontrados durante a realização do Concurso. Por fim, concluímos que é necessário que ações de educação ambiental não formal sejam melhor articuladas com a comunidade escolar e dentro do próprio poder público, a fim de efetivar as políticas educacionais já implementadas, afinal a existência de uma legislação específica sobre educação ambiental, não nos dá a garantia do seu cumprimento.

Palavras-chave: Políticas educacionais; concursos; premiação; reutilização.

ABSTRACT

COELHO, PEREIRA FABIANA. **Challenges of non-formal environmental education in school life: a case study of the city of Suzano (SP)**. 2014. 39 folhas. Monografia (Especialização em Ensino de Ciências). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2014.

Environmental education is a fundamental mechanism in against environmental degradation. While formal environmental education is developed within the school curriculum, the non-formal environmental education has actions aimed at raising awareness about ecological problems. This research was realized in the city of Suzano and its aim was to investigate how non-formal environmental education promoted by the government can act within the school life. The scenario described was based on environmental education reality of the city. This research was supported by data obtained through desk research and interviews with two teachers of public schools who participated of the contest "Creating with recyclable material". This competition was a non-formal educational activity developed by the government in the schools of the county. The lack of cooperation and coordination between the departments responsible for the management of municipal environmental education, was the main problem encountered during the contest. We conclude that actions of non-formal environmental education should be better articulated with the school community and with the government in order to accomplish the implemented educational policies.

Keywords: educational policies; contests; awards; reuse.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Os eixos estruturantes da política e do sistema municipal de educação ambiental.....	19
Figura 2 – Cartaz de divulgação do concurso.....	23
Figura 3 – Objetos confeccionados pelos alunos.....	24
Figura 4 – Premiação do Concurso.....	25

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	12
2.1 A INSERÇÃO DA TEMÁTICA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA AGENDA INTERNACIONAL.....	12
2.2 A EDUCAÇÃO FORMAL E NÃO FORMAL.....	13
2.3 A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NÃO FORMAL.....	14
2.4 ARTICULAÇÃO ENTRE ÓRGÃO PÚBLICO E ESCOLAS.....	15
2.5 ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL.....	16
2.6 SISTEMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM SUZANO-SP.....	18
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	20
3.1 LOCAL DA PESQUISA.....	20
3.2 TIPO DE PESQUISA.....	20
3.3 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS.....	20
3.4 ANÁLISE DOS DADOS.....	21
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	22
4.1 CARACTERIZAÇÃO DO CONCURSO.....	22
4.2 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS COM AS DOCENTES.....	26
4.2.1 Ações Não Formais no Contexto Escolar.....	26
4.2.2 Considerações a Respeito do Concurso Promovido pela Prefeitura.....	28
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	34
REFERÊNCIAS.....	35
APÊNDICE.....	38

1 INTRODUÇÃO

A educação abrange um universo que deve extrapolar a instituição escolar, deixando esta de ser a única responsável pela formação dos indivíduos. Há, portanto, experiências educativas que ocorrem fora dos muros da escola, ou seja, em caráter não formal, envolvendo a sociedade como um todo.

Quando falamos em Educação Ambiental podemos nos basear na Lei n.º 9.795, de 27 de Abril de 1999, que dispõe sobre a Política Nacional de Educação Ambiental – PNEA. Esta lei não se resume apenas a educação ambiental formal, mas agrega também a não formal. Esta última pode fornecer contribuições e experiências que por vezes, não são possíveis de se obter somente no contexto formal.

Refletindo sobre a educação ambiental em seus diversos aspectos, observamos uma distinção entre a educação ambiental formal e a educação ambiental não formal. Entender a maneira como se dá a relação entre estes dois tipos de ensino é imprescindível na abordagem de futuras práticas, de modo que ambas as formas possam contribuir entre si, visando potencializar a aprendizagem da educação ambiental como um todo.

Ainda com relação à Lei n.º 9.795/1999, cabe ao poder público, empresas públicas e privadas o papel de incentivar a participação da escola na formulação, desenvolvimento e execução de programas e atividades vinculadas à educação ambiental não formal. Muitas vezes isso se dá tendo em vista mais as obrigações legais, do que a preocupação real com a consciência ambiental, conseqüentemente, o que observamos são ações desconexas, sem a articulação e estudos necessários para a obtenção de uma aprendizagem significativa.

A constante degradação do meio ambiente e a crescente preocupação com a questão ambiental nos impõe a necessidade de uma articulação efetiva entre os setores públicos, privado e sociedade civil. Neste contexto, são importantes os estudos que viabilizem essa articulação, pois conhecer e compreender práticas e ações que envolvem essa temática é imprescindível na elaboração de novas condutas mais eficientes.

A fim de entender suas possibilidades e limitações, faz-se necessário obter os relatos de experiências de Educação Ambiental que acontecem em espaços não

formais e como eles contribuem no cotidiano escolar. A partir daí, será possível oferecer informações necessárias ao fortalecimento da relação entre instituições (públicas e privadas), que desenvolvem o ensino não formal, e as escolas, para que desta maneira, sejam intensificadas e melhor articuladas as ações e práticas de educação ambiental no cotidiano escolar.

Realizar, junto a instituições públicas e privadas, bem como em nossas escolas, a reflexão e a avaliação do que tem sido feito é possibilitar e incentivar mudanças no processo de ensino da educação ambiental, propiciando que o entorno da escola também seja visto como uma fonte de pesquisas, aprendizagens e descobertas.

Entendendo que a educação não se dá somente com características formais e que, espaços não formais de educação podem ser bons aliados, complementando o trabalho escolar, este estudo permitirá também que eles sejam melhores usados e aproveitados por coordenadores, professores e alunos, ou seja, pela comunidade escolar como um todo. Assim como, fornecerá subsídios para que as instituições responsáveis pela Educação Ambiental não formal possam se orientar e desenvolver suas atividades juntamente com escolas da comunidade em que estão inseridas, favorecendo a aproximação de ambas.

Tendo em vista o que foi exposto, este trabalho tem como objetivo investigar como se dá a relação da educação ambiental não formal no cotidiano escolar, analisando ações desenvolvidas por uma instituição pública, a fim de propor melhorias na abordagem de futuras práticas com a maior integração do ensino ambiental formal com o não formal.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Os problemas ambientais começaram a ser identificados como sendo impactantes a partir da Revolução Industrial (século XVIII), e da organização urbana, representada pelas construções das grandes cidades. A sociedade presenciou durante o século XX uma série de problemas ambientais decorrentes destes fatos citados, ao mesmo tempo em que crescia a consciência e as preocupações a respeito da perda de qualidade ambiental nos anos 60 e 70.

A motivação pela tomada de consciência se deu a partir da ocorrência de diversos eventos relacionados com o meio ambiente, como exemplo, pode-se citar a publicação do livro “Primavera Silenciosa” em 1962 e a Conferência da Organização das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, realizada em 1972.

2.1 A INSERÇÃO DA TEMÁTICA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA AGENDA INTERNACIONAL

A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano (Conferência de Estocolmo), ocorrida em 1972, na Suécia, trouxe relevância e vigência internacional para a Educação Ambiental. Uma lista de Princípios foi formulada, valendo destacar o princípio nº19 importante para a temática deste trabalho:

“É indispensável um trabalho de educação em questões ambientais, visando tanto às gerações jovens como os adultos, dispensando a devida atenção ao setor das populações menos privilegiadas, para assentar as bases de uma opinião pública bem informada e de uma conduta responsável dos indivíduos, das empresas e das comunidades, inspirada no sentido de sua responsabilidade, relativamente à proteção e melhoramento do meio ambiente, em toda sua dimensão humana” (ONU, 1972).

Foi formulado também um Plano de Ação Mundial, com 109 recomendações sobre aspectos da Educação Ambiental e a Informação Pública. Uma delas recomendando o desenvolvimento de um Programa Internacional de Educação para o Meio Ambiente (PIEA), enfatizando esta como componente fundamental para combater a crise ambiental mundial. No sentido de fazer as consultas necessárias

para o estabelecimento do PIEA a recomendação nº96, dirigida às Organizações das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), dizia:

“de enfoque interdisciplinar e com caráter escolar e extra-escolar, que envolva todos os níveis de ensino e se dirija ao público em geral, jovem e adulto indistintamente, com vistas a ensinar-lhes as medidas simples que, dentro de suas possibilidades, possam tomar para ordenar e controlar seu meio” (DIAS, 2003, p.106-108).

Tendo em vista o que foi dito, são muitas as contribuições de tal Conferência para a Educação Ambiental, sendo considerada por muitos como a responsável por inseri-la na agenda global. O próprio termo “Educação Ambiental”, convencionalmente surgiu na Conferência de Estocolmo (REIGOTA, 2001). As discussões em relação à natureza da Educação Ambiental passaram a ser desencadeadas a partir daí, sendo os acordos desta reunidos em dezesseis “Princípios de Educação Ambiental”, estabelecidos dois anos mais tarde, em 1974, pelo seminário realizado em Tammi, na Finlândia.

A inserção de um capítulo que trata especificadamente das questões ambientais na Constituição Brasileira é reflexo, já neste tempo – 1988 – de uma série de compromissos ambientais assumidos pelo Brasil, decorrente da pressão da dimensão cultural da sociedade, mundial e também brasileira.

2.2 A EDUCAÇÃO FORMAL E NÃO FORMAL

A educação formal é representada principalmente pelas escolas e universidades e depende da diretriz centralizadora do currículo. Sendo que, esta modalidade, requer tempo e local específico para sua realização, uma organização do currículo e planejamentos de atividades de maneira sequencialmente sistematizada (PRÍNCEPE & DIAMANTE, 2011).

Conforme Reis *et al* (2012, p.56) a educação formal incorpora outra modalidade de educação, a educação não formal. Esta incorporação assegura uma maior agilidade no processo educativo, e faz com que o aluno fixe o aprendizado, se

tornando capaz de ter um pensamento crítico sobre sua realidade, além de influir sobre ela.

Até a década de 1980, a Educação não formal não teve reconhecimento nas políticas públicas nem entre os educadores, sendo as discussões concentradas em torno da educação formal. Somente na década de 1990 que a educação não formal começou a receber maior destaque e certa legitimação (CARNEIRO & ROCHA, 2013, p.104).

Por possuir um perfil mais lúdico, cultural e artístico a Educação não formal, se torna mais atraente para o seu público, no caso crianças e adolescentes (SOUZA, 2008, p.3120). Desta maneira, muitos benefícios podem ser agregados ao trabalhar com estas duas modalidades, pois atuam em diferentes espaços e de formas alternativas.

Ao falar em educação formal e não formal não se tem por objetivo dar crédito a uma ou a outra, nem mesmo de colocá-las em oposição, mas sim de conhecer as potencialidades de cada e correlacioná-las de modo que possam interferir, juntamente, na formação intelectual, consciente e crítico do Homem (SOUZA, 2008, p.3121).

2.3 A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NÃO FORMAL

Oliveira & Oliveira (2012, p.69) afirmam em seu trabalho que, a instituição educacional representa um espaço de trabalho fundamental para fortalecer as práticas de Educação Ambiental. No ambiente escolar a educação ambiental não possui uma disciplina específica, pois deve ser integrada ao currículo de maneira interdisciplinar e transversal, de modo a criar uma visão global e abrangente da questão ambiental, conforme sugerido nos Parâmetros Curriculares Nacionais.

Tendo em vista a degradação do meio ambiente, a educação ambiental representa um instrumento fundamental para uma possível modificação desta situação. Neste contexto, a educação ambiental não formal pode ser uma grande aliada nesta tarefa, já que suas práticas educativas podem assumir uma função transformadora, fazendo dos indivíduos, depois de conscientizados, objetos essenciais para a promoção do desenvolvimento sustentável (SEGURA, 2001, p.45).

Um exemplo da legitimação da educação não formal, no campo ambiental é a Lei n.º 9.795, de 27 de Abril de 1999, que dispõe sobre a Política Nacional de Educação Ambiental – PNEA, esta define em seu artigo 13 a educação ambiental não formal como: “as ações e práticas educativas voltadas à sensibilização da coletividade sobre as questões ambientais e à sua organização e participação na defesa da qualidade do meio ambiente”.

2.4 ARTICULAÇÃO ENTRE ÓRGÃO PÚBLICO E ESCOLAS

Ainda com relação a já referida Lei nº 9.795/99, e seu reconhecimento nas políticas públicas, no parágrafo único de seu artigo 13, o poder público deve incentivar, entre outros, a participação da escola na formulação e execução de programas e atividades vinculadas à educação ambiental não formal; bem como incentivar a participação de empresas públicas e privadas no desenvolvimento de programas de educação ambiental em parceria com a escola.

Reis, *et al* (2012, p.55) afirmam que a modalidade não-formal não se restringe ao ambiente escolar, mas deve buscar a integração escola – comunidade – governo – empresas, com o fim de envolver a todos em seu processo educativo. Órgãos públicos responsáveis pela Gestão Ambiental podem organizar atividades que proponham a discussão de temas ambientais, como a elaboração de oficinas, atividades ou projetos que possibilitam a capacitação e o envolvimento da sociedade civil, órgãos ambientais locais, escolas, além dos próprios gestores públicos.

De acordo com Narcizo (2009, p.91) implementar a Educação Ambiental nas escolas tem se mostrado uma tarefa exaustiva. São grandes as dificuldades nas atividades de sensibilização e formação, na implantação de atividades e projetos e, principalmente, na manutenção e continuidade dos já existentes.

Neste contexto, conforme Carneiro (1999, p. 239), a qualidade do processo educacional supõe a interação dos seus integrantes nos âmbitos intra e inter-institucional, para que ocorra uma relação intencional produtiva e enriquecedora: “(...) uma unidade de intenções para o alcance dos objetivos do processo educativo a partir, fundamentalmente, de um aproveitamento participativo de informações e novos conhecimentos, numa perspectiva contínua e permanente”.

Um exemplo da integração entre escola e demais instituições é observado no trabalho, sobre políticas públicas educacionais e a educação ambiental, desenvolvido por Lamosa & Loureiro (2011, p.286). Neste trabalho foi constatado que a execução de projetos criados por sujeitos não pertencentes à comunidade escolar, ocorreu de forma dispersa. Apesar da participação dos alunos nas atividades não houve nenhum reflexo no projeto político pedagógico da escola.

A pesquisa de Lamosa & Loureiro (2011, p.291) indicou ainda que, a direção dada às políticas públicas de Educação Ambiental no âmbito escolar, não tem contribuído para a resolução das principais dificuldades enfrentadas pelos educadores das redes públicas do município estudado e não acompanham as reais necessidades demandadas pelas escolas públicas do país.

Os motivos que podem levar a falta de articulação entre as instituições, que procuram desenvolver a educação ambiental não formal, e as escolas, são vários: escolas muito fechadas ao currículo, grade escolar tradicional, professores despreparados e falta de apoio técnico e estrutural durante o desenvolvimento de projetos. Com relação ao órgão público, pode-se citar: políticas públicas pouco integradas ao contexto de suas escolas e a falta de recursos necessários para a concretização de projetos, associada à descontinuidade política, provocada pela transição governamental.

2.5 ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

O uso atividades e/ ou projetos de educação ambiental não formal pode auxiliar a abordagem de temas ambientais importantes. Pádua & Tabanez, (*apud* REIS, SEMÊDO E GOMES, 2012, p.57-58), elaboraram uma proposta para o planejamento e a execução de Programas de educação ambiental não formal, contendo as seguintes etapas:

A. Realização de diagnóstico: Elaborar um diagnóstico no início, a fim de se identificar as principais temáticas a serem abrangidas e para o delineamento das ações. Há de se identificar também, as necessidades, valores e potenciais do público envolvido, e conseqüentemente as características ambientais, sociais e econômicas relevantes.

B. Planejamento e execução do Programa Educacional a ser realizado: Estabelecer prioridades, atitudes e formas de ação, levando em consideração critérios, como: definição do público-alvo e do objetivo a ser alcançado; seleção do conteúdo e temáticas abordadas; adequação da linguagem e das estratégias, levando-se em consideração os conhecimentos, as vivências e o vocabulário do público-alvo; desenvolvimento de estratégias para realização do objetivo escolhido; dimensão das ações propostas; estabelecimento de parcerias para execução da proposta; elaboração de cronograma de execução das atividades.

C. Avaliação dos resultados para aperfeiçoamento do trabalho: Avaliar periodicamente para que se possa fazer correções e traçar novas diretrizes, adequando o Programa às necessidades do público-alvo. O mais importante dentro de um Programa de Educação Ambiental não formal, é saber qual o produto/resultado que se espera dele, para que realmente tenhamos mudança de valores, atitudes e comportamentos que levem o ser humano a busca de uma melhor relação consigo mesmo, com o meio ambiente e com o próximo.

Para o desenvolvimento de um projetos/atividades de educação ambiental não formal pode-se utilizar diferentes metodologias, bem como diversos ambientes educativos e uma vasta gama de atividades práticas para socializar os conhecimentos. Preparar um diagnóstico é imprescindível para que se possa direcionar e organizar as informações, bem como despertar o interesse do público - alvo. Durante o planejamento, bem como a execução do projeto deve-se levar em consideração tudo o que foi construído na etapa de diagnóstico para que sejam elaboradas atividades e práticas metodológicas condizentes com o contexto do público-alvo escolhido. E por fim, a avaliação dos resultados colabora para que sejam identificados os erros e acertos, que possam a vir a contribuir na elaboração de novos projetos e na aprendizagem de todos os envolvidos em sua execução.

2.6 SISTEMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM SUZANO-SP

Em 2009 foi criada a Secretaria Municipal de Meio Ambiente da Prefeitura de Suzano e, partir de então foram delineados quatro eixos estruturantes da Política Municipal de Meio Ambiente (Pmea) e do Sistema Nacional de Meio Ambiente (Sisnea), são eles: a Educação Ambiental Escolar, a Educação Ambiental Popular, a Comissão Intersectorial de Educação Ambiental da Prefeitura (CISEA) e a Comissão Interinstitucional Municipal de Educação Ambiental (CIMEA).

No eixo estruturante da Educação Ambiental Escolar, busca-se a integração fundamental das secretarias municipais de Educação e de Meio Ambiente, para que juntas constituam o órgão gestor da Educação Ambiental, oficializado no decreto municipal que criou a Comissão Interinstitucional Municipal de Educação Ambiental (CIMEA).

O eixo estruturante não escolar, denominado “Educação Ambiental Popular” engloba o Programa Municipal de Formação de Educadores Ambientais Popular. Este programa é destinado a formar, articular e incentivar comunidades e cidadãos para atuarem com a troca de seus saberes, e desta maneira, construir novos conhecimentos capazes de movimentar uma rede popular em parceria com o poder público. Os educadores ambientais populares de Suzano vêm atuando como multiplicadores de conhecimentos e ações com o objetivo de contribuir para a qualidade de vida e sustentabilidade socioambiental.

A CISEA foi criada pelo Decreto Municipal nº 7.925/10 em Junho de 2010, é uma comissão da prefeitura, ou seja, uma estratégia de política interna de educação ambiental para contribuir com a gestão integrada e articulada a partir da administração pública. Ela é composta por membros de cada secretaria municipal, devendo estas elaborar, coordenar e executar, de forma participativa, a Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), além de desenvolver periodicamente reuniões, palestras, ações de mapeamento, formação e planejamento para alcançar os seus objetivos e missão.

E por fim, a CIMEA, um colegiado gestor deliberativo, formado por segmentos da sociedade civil, setor privado e poder público. Está comprometida com ações educativas socioambientais e assumiu a função de contribuir na construção,

participação, apoio, acompanhamento e avaliação da política, do sistema e do programa de educação ambiental do município.

Em 2012 a CIMEA elaborou um Termo de Referência, para a construção do Programa Municipal de Educação Ambiental. Visto que este termo foi elaborado há bastante tempo e que várias secretarias têm diversas ações em educação ambiental e nem sempre estas ações estão articuladas, foi proposta em Agosto de 2014, durante a reunião da comissão, a construção de um novo documento que reúna as ações já em andamento e proponha ações concretas, que possam nortear as ações da CIMEA em 2015 e nos próximos anos, levando em conta os recursos necessários, o pessoal disponível e as ações já previstas no Termo de Referência.

Vale destacar que Suzano é o primeiro município do estado de São Paulo a criar uma CIMEA, uma CISEA, e o programa de “Educadores Ambientais Populares”, voltados à comunidade. Por essas ações, a cidade está sendo considerada referência em educação ambiental no Brasil.

O município de Suzano também possui a Lei Municipal (Lei nº 4.614, de 04/12/2012) que institui a Política e o Sistema Municipal de Educação Ambiental e, por consequência, os eixos estruturantes descritos anteriormente. As secretarias municipais de Meio ambiente (SMMA) e de Educação (SME) assumiram o papel de órgão gestor da Política Municipal de Educação Ambiental (Pmea), no qual o objetivo geral foi “formular e instalar a política pública de educação ambiental por meio de um processo abrangente, permanente e continuado, de forma compartilhada, democrática, participativa, crítica e criativa” (PREFEITURA DE SUZANO, 2012).

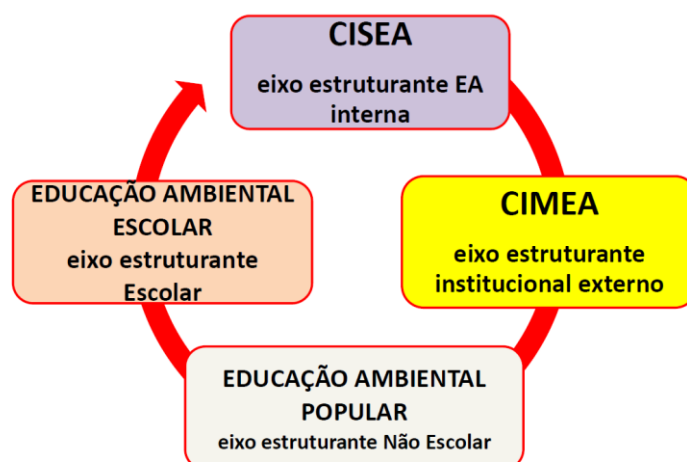


Figura 1. Os eixos estruturantes da Política e do Sistema Municipal de Educação Ambiental.

Fonte: Prefeitura de Suzano, 2012.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 LOCAL DA PESQUISA

A pesquisa foi desenvolvida no Município de Suzano, situado na Região Metropolitana do Estado de São Paulo. A análise englobou a Secretaria de Educação e de Meio Ambiente da Prefeitura de Suzano e professoras de escolas públicas municipais de Ensino Fundamental – 1ºano ao 5º ano e EJA.

Analisamos de maneira geral como se dão as ações e projetos de educação ambiental não formal e, em específico o concurso denominado: “Criando com material reciclável”, promovido pela Secretaria de educação do município em 2014, junto às escolas.

3.2 TIPO DE PESQUISA

Optou-se por uma investigação qualitativa a qual foca um modelo fenomenológico onde a realidade é enraizada nas percepções dos sujeitos, a fim de compreender significados, por meio de narrativas verbais e de observações (BENTO, 2012). Dentro desta perspectiva, elegeu-se a metodologia de estudo de caso para investigar os sujeitos participantes.

Uma abordagem exploratória foi realizada, se valendo de pesquisas de campo, por meio de observações diretas, análises documentais, bem como entrevistas com duas professoras da rede municipal.

3.3 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

O contato com a Secretaria de Educação e com a Secretaria de Meio Ambiente se deu por meio de observações e perguntas informais, a fim de

desenvolver uma ideia geral sobre o funcionamento das ações de educação ambiental no município e sobre o desenvolvimento do concurso “Criando com material reciclável”.

Para avaliar a repercussão destas ações nas escolas, também responderam a uma entrevista estruturada (Apêndice), duas professoras de ciências que lecionam em escolas públicas municipais de Ensino Fundamental e que participaram do concurso.

3.4 ANÁLISE DOS DADOS

Para maior entendimento da análise, foram criadas duas categorias: “ações não formais no contexto escolar” e “considerações a respeito do concurso promovido pela prefeitura”.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O concurso: “Criando com material reciclável”, foi promovido apenas pelas secretarias de Educação e de Cultura da Prefeitura de Suzano, não contando com o apoio ou participação da Secretaria de Meio Ambiente. Desta maneira, nesta ação não houve a integração fundamental das duas secretarias responsáveis pela gestão de educação ambiental do município.

Questionados quanto à ausência de sua participação no concurso, os gestores técnicos da Secretaria de Meio Ambiente disseram apenas saber da realização do concurso quando viram a notícia no site oficial da prefeitura.

A falta de articulação setorial entre as diferentes pastas de uma prefeitura engloba desde questões mais amplas, como o antagonismo entre as visões, até questões bastante pontuais, como a dificuldade em planejar ações conjuntas com outras instituições. Essa falta de articulação diminui a eficiência de recursos públicos alocados além de prejudicar a compreensão da população sobre a questão ambiental (SÃO PAULO, 2012).

4.1 CARACTERIZAÇÃO DO CONCURSO

Em Abril de 2014, a Prefeitura de Suzano promoveu o concurso “Criando com Material Reciclável”, inspirado na copa. Foi proposta a elaboração e confecção de objetos a partir da utilização de material reciclável, observando o tema: “Brasil, o País do Futebol” (Figura 1). O concurso foi destinado aos alunos do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental e à Educação de Jovens e Adultos (EJA) das redes municipal e estadual. A iniciativa privada também participou, promovendo a premiação dos ganhadores.

As atividades relacionadas ao concurso foram desenvolvidas em sala de aula, com a supervisão dos professores, sendo estas de cunho interdisciplinar. A interdisciplinaridade teve como intuito integrar várias disciplinas, a fim de abordar a pesquisa sobre a cultura, história, hábitos e costumes dos povos de diversos países participantes da copa do mundo.

Conforme o regulamento disponível no site da Prefeitura de Suzano, os objetivos do concurso eram:

- Promover a Educação Ambiental;
- Permitir ao aluno a compreensão crítica da problemática socioambiental;
- Conhecer a realidade do material reciclável na escola e em seu entorno;
- Identificar a origem dos materiais e tempo de decomposição na Natureza;
- Desenvolver o interesse para trabalhar com materiais recicláveis, visando à redução do desperdício;
- Por meio das artes, despertar a criatividade utilizando materiais recicláveis.



Figura 2. Cartaz de divulgação do concurso
Fonte: Site da Prefeitura Municipal de Suzano

(<http://suzano.sp.gov.br/web/inscricoes-do-concurso-criando-com-material-reciclavel-comecam-amanha/>).

Um ponto a ser destacado foi a participação ativa da criança na confecção dos objetos (Figura 3), atividade essencial na sensibilização e conscientização ambiental, pois possibilita que eles sejam sujeitos da construção de seu próprio conhecimento, portanto, na formação de um indivíduo atuante na preservação do meio.

Foram 22 unidades de ensino municipais e estaduais que participaram do concurso. Cada escola foi responsável pela seleção de um trabalho por categoria: categoria 1: 1º, 2º e 3º ano; categoria 2: 4º e 5º ano e categoria 3: EJA. Os trabalhos

escolhidos foram entregues no Centro de Educação e Cultura “Francisco Carlos Moriconi”, onde ficaram expostos durante cinco dias.

A avaliação final foi feita por uma comissão julgadora que levou em consideração os seguintes critérios: utilidade do produto, criatividade e o acabamento. Foram selecionados dois trabalhos (1º e 2º lugares) de cada categoria.

A premiação do concurso foi realizada no Parque Municipal Max Feffer (Figura 4). Os primeiros colocados receberam uma bola de futebol oficial e uma bicicleta; os segundos colocados ganharam três passaportes para o Magic City. A premiação permitiu que as crianças fossem valorizadas por contribuir com a preservação do meio ambiente, beneficiando desta forma, a obtenção da aprendizagem, à medida que eles foram os sujeitos da ação, e reconhecidos por meio da exposição e premiação de seus trabalhos.



Figura 3. Objetos confeccionados pelos alunos.

Fonte: Site da Prefeitura Municipal de Suzano (<http://suzano.sp.gov.br/web/educacao-divulgavencedores-do-concurso-criando-com-material-reciclavel/>).

Após a premiação, os trabalhos ficaram expostos no Suzano Shopping, fazendo parte da programação da Semana de Meio Ambiente: "Suzano Consciente ao Encontro do Meio Ambiente".

As exposições dos objetos confeccionados pelas crianças em locais públicos (Centro de Educação e Cultura e Shopping), bem como a premiação realizada em espaço aberto (Figura 4), integrados à Semana do Meio ambiente, envolveu a comunidade como um todo, promovendo desta maneira, a educação ambiental para

além dos muros da escola. Essa participação dos membros da comunidade ganha importância, à medida que, as vivências em projetos e discussões, possibilitam a propagação de debates, com a conseqüente identificação dos problemas e de soluções para estes.



Figura 4. Premiação do Concurso.

Fonte: Site da Prefeitura Municipal de Suzano (<http://suzano.sp.gov.br/web/educacao-divulgavencedores-do-concurso-criando-com-material-reciclavel/>)

Um exemplo que reforça a importância desta participação são as pressões sociais exercidas pelo surgimento de consumidores que, baseados em seus valores culturais, optam por produtos e serviços de empresas que contribuem de maneira ativa para a formação de uma sociedade ética e sustentável. Por outro lado, fora do ambiente escolar torna-se mais difícil a missão de incorporar nas pessoas hábitos e um modo de vida mais comprometido com a proteção ambiental, como a questão da reutilização e reciclagem.

Quanto à exposição dos trabalhos sobre a temática ambiental à comunidade, é favorecida não só a conscientização desta, como também dos próprios alunos. Estes passam a encontrar coerência e sentido em sua bagagem de aprendizados interdisciplinares, uma vez que os concretizam na prática, juntamente com seus familiares, e fora do contexto escolar, compartilhando o que aprenderam e construíram com outras pessoas. Corroborando neste sentido, na busca por espaços

educativos não formais como lugares alternativos de aprendizagem, no trabalho desenvolvido pelo Ministério da educação (2009, p.20), dentre os aspectos mais comentados pelos professores, estão “a apresentação interdisciplinar dos temas, a interação com o cotidiano dos estudantes e, por fim, a possibilidade de ampliação cultural proporcionada pela visita a outros espaços, fora do ambiente escolar”.

Posteriormente, as peças elaboradas foram doadas à entidades ligadas ao Fundo Social de Suzano.

4.2 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS COM AS DOCENTES

4.2.1 Ações Não Formais no Contexto Escolar

Para a categoria “Ações não formais no contexto escolar” obtivemos as seguintes respostas para as perguntas a seguir:

A primeira pergunta teve a intenção de verificar se há uma articulação entre o órgão público, promotor da educação ambiental não formal, e a escola: Os projetos de educação ambiental promovidos pela Secretaria da Educação (SME) e /ou outras secretarias do município são desenvolvidos em parceria com a sua escola?

"Sim, mas somente com a diretoria e coordenação. Nós professores não participamos".

"Sim, mas geralmente chegam de maneira bastante truncada (em forma de ordem/cumpra-se), por meio de comunicados, com curto espaço de tempo para execução e preparo, com agravo de escassos recursos materiais simples como cola, papelão".

Quando questionadas sobre a parceria entre a SME e escola, as duas professoras responderam que a mesma ocorre, porém percebe-se que não há um planejamento integrado entre elas. O delineamento das ações tende a chegar

pronto, como imposição, sem levar em conta a realidade dos sujeitos envolvidos.

Talvez o principal motivo para esta falta de integração esteja relacionada à falta de diálogos entre coordenadores pedagógicos e professores. A falta de diálogo dificulta a interlocução junto à Secretaria de Educação e/ou de outras secretarias municipais, pois deixa de levar aos responsáveis pela gestão educacional as principais carências do cotidiano escolar. Por outro lado, muitas Secretarias da Educação não procuram saber quais são as dificuldades e necessidades de sua rede escolar, implantando e, por vezes, impondo a participação das escolas em projetos e ações que em nada podem contribuir com sua estrutura curricular.

Associado a isso, o tempo para que os professores e a escola como um todo programe-se para participar do projeto é considerado curto, prejudicando a organização e o desenvolvimento do mesmo. Portanto, não se pode dizer que houve de fato uma parceria. A qualidade de qualquer processo educacional depende da interação entre seus integrantes, tanto no âmbito intra como inter-institucional, para que ocorra uma relação intencional produtiva e enriquecedora (CARNEIRO, 1999, p. 239). Levando ainda em consideração, o fato de que muitas vezes o principal agente formador, o professor, não participa desta integração ficando impossibilitada a produção e o enriquecimento do processo educacional, uma vez que aquele que e norteia o processo fica de fora do planejamento.

A fim de identificar se as professoras acreditam na importância desses projetos e ações, foi questionado se concursos como o "Criando com material reciclável", promovidos pela Prefeitura, podem colaborar na tarefa de instruir seus alunos, sobre este e vários outros conteúdos?

“Acredito que o projeto se aperfeiçoado pode vir a contribuir significativamente. Por se tratar de uma iniciativa nova, ainda apresenta vários pontos a serem melhorados, mas representa uma ação válida na construção da formação coletiva dos alunos. Com um melhor direcionamento articulado, permanente e contextualizado, acredito no sucesso da ação”.

A professora acredita no sucesso dos projetos e que estes podem contribuir significativamente desde que sejam aperfeiçoados e que aconteçam de modo

articulado, permanente e contextualizado. Nota-se, portanto, o conhecimento desta educadora com relação aos princípios e objetivos da Educação Ambiental.

Quanto à segunda professora questionada, obtivemos a seguinte resposta:

"Sim, por ter incluído junto à conscientização da reutilização de material a temática da copa, que de forma interdisciplinar abordou vários assuntos sobre diversos países, bem como seus hábitos, costumes, geografia, etc... a confecção da arte que culminou na premiação, por exemplo, trazia a mensagem da vinda de muitas nações ao nosso país. Acredito, portanto que eles não se esquecerão deste ocorrido em suas vidas".

Destaca-se a interdisciplinaridade apontada pela professora quanto ao concurso realizado, pois, os conhecimentos obtidos por meio das pesquisas prévias realizadas em sala de aula, serviram de referencial teórico para que os alunos obtivessem ideias para a confecção de seus objetos.

Para Gadotti (1993), a interdisciplinaridade visa garantir a construção de um conhecimento globalizante, rompendo com as fronteiras das disciplinas. Por isso pode-se dizer que o concurso se manterá na memória dos alunos, possivelmente, devido a este rompimento com a fragmentação das disciplinas, proporcionado ao definir-se um eixo integrador, copa do mundo, assunto de grande interesse dos alunos, com conteúdos trabalhados relacionados a todas as disciplinas.

4.2.2 Considerações a Respeito do Concurso Promovido pela Prefeitura

Para a categoria “Considerações a respeito do concurso promovido pela prefeitura”, obtivemos as seguintes respostas para as perguntas a seguir:

No concurso “Criando com material reciclável”, foi realizado pela Secretaria da Educação, algum tipo de formação ou outro tipo instrução junto aos professores e/ou à direção da escola?

“Não, o Projeto foi apresentado através de um documento enviado a unidade escolar, apresentado pela direção em horário de HTPC”¹.

"Foi apresentado uma espécie de regulamentação contendo materiais a serem utilizados e especificidades sobre o tema (que na ocasião era a copa)".

Por meio das respostas obtidas é possível constatar que a Secretaria da Educação do Município não efetuou uma formação dos professores, sendo apenas apresentada uma instrução por escrito com normas e direcionamentos. É desejável que ocorra uma preparação prévia, ou seja, uma formação que possibilite, principalmente aos professores, a mediação do aprendizado, de forma que estes norteiem e contextualizem as atividades relacionadas ao concurso. Por exemplo, para a confecção dos objetos, atividade fim do concurso, é desejável que sejam agregados significados, ou seja, à medida que as crianças os constroem, também é necessário que se promova a consciência ambiental ao reaproveitar aquilo que seria jogado no lixo. Para isso os alunos já devem ter algumas noções básicas sobre o consumismo e a importância do reaproveitamento, por meio de atividades de sensibilização.

Relacionar a elaboração de projetos/atividades de educação ambiental à estratégia de ensino deve ser uma tarefa não só de professores, mas de todo o corpo escolar. Porém, sabe-se que muitos professores sentem-se despreparados para desenvolver conteúdos e atividades que extrapolem os livros didáticos e que necessitem de uma abordagem interdisciplinar. Por isso são imprescindíveis o oferecimento de incentivos e a formação continuada aos educadores, de maneira que estes desenvolvam, juntamente com seus alunos, práticas eficazes na construção de conhecimentos, preparando-os desta maneira, para mediar processos educativos diferenciados da prática comumente utilizada em sala de aula, onde o aluno é mero expectador do processo de ensino-aprendizagem.

As professoras também foram questionadas sobre o interesse/motivação de seus alunos em participarem do concurso e sobre sua própria motivação:

¹ Sigla referente à Hora de Trabalho Pedagógico Coletivo, a ser desenvolvida na unidade escolar, pelos professores e o Professor Coordenador Pedagógico.

“Eu me senti motivada, adoro o tema e fiquei animada em poder incentivar a utilização de materiais recicláveis para a confecção de objetos que poderiam ser úteis e, posteriormente apresentá-los à população. Quanto aos alunos, eles costumam a possuir interesse em atividades que envolvam o Meio Ambiente”.

"Sim, todos ficaram motivados, mesmo que de forma meio apressada foi possível envolvê-los e fazê-los desejar o prêmio. Eu também me senti motivada por se tratar de uma vivência diferenciada".

Apesar da falta de formação prévia para o concurso, as duas professoras entrevistadas mostraram-se motivadas a participar do mesmo. Ambas se sentiram animadas ao desenvolver atividades diferenciadas do contexto escolar, sendo interessante observar na resposta de uma delas é que um fator motivacional foi a apresentação dos objetos confeccionados à população, e não a premiação para os primeiros classificados. A ideia de expor ao público os trabalhos desenvolvidos em sala de aula pode ser vista como uma maneira de incentivar tanto professores quanto alunos. À medida que parentes e amigos podem participar da exposição, os alunos e professores tendem a produzir seus trabalhos com maior dedicação e atenção.

A fim de elucidar a temática do concurso (materiais recicláveis) aos alunos, perguntou-se às professoras como elas conseguiram abordar o assunto no dia -a - dia da sala de aula.

“Já abordo diariamente a questão do desperdício e geralmente utilizo materiais recicláveis nas atividades desenvolvidas em sala de aula, como brinquedos de sucata, trabalhando assim a ludicidade e o resgate do brincar. Com essa vivência busco a construção da consciência de reutilizar, do criar e principalmente do reinventar”.

"Por meio de vídeos e discurso mesmo, há princípio com um foco para conscientização, depois com a notícia do concurso mudamos um pouco o intuito, mas não o objetivo".

A utilização de materiais recicláveis na confecção de objetos faz com que nos deparemos com uma questão importante da educação ambiental, a de que os recursos naturais são esgotáveis. Para a conscientização desta questão, uma professora disse trabalhar com o problema do desperdício e associá-lo com a reutilização de sucatas, enquanto que a outra se apropria do discurso e de meios expositivos, como a apresentação de vídeos. Portanto, observamos que as professoras já trabalham com a temática em sala de aula, possibilitando uma conexão entre o problema (desperdício / esgotamento dos recursos naturais) com uma possível solução (reutilização de materiais). Por fim, apesar de não ter ocorrido uma formação prévia dos professores participantes do concurso, podemos concluir que as professoras, sujeitos da pesquisa, não tiveram dificuldades em abordar a temática na época da realização do concurso, pois a mesma já era desenvolvida em sala.

O uso dos materiais recicláveis para a confecção de brinquedos, conforme relatado pela professora, trabalha a ludicidade e o resgate do brincar, pois nele as crianças são convidadas não só a reutilizar, mas também a utilizar de sua imaginação e criatividade para criar.

Com relação à premiação oferecida aos professores que tiveram seus alunos classificados nas primeiras posições, questionou-se quanto à importância deste gesto.

“Apesar de não ter sido uma das premiadas, acredito que isso incentiva o professor a continuar essa difícil missão que é educar. E quem foi premiado sente que foi valorizado, pois foi também responsável pela classificação do aluno”.

“Tivemos a sensação de ser vencedor também e para isso foi necessário muito trabalho”.

Embora professores e instituições desempenhem um papel essencial, geralmente, em competições e/ ou concursos, apenas o talento dos alunos é reconhecido. Neste contexto, é importante destacar que, os professores responsáveis pelos alunos classificados em primeiro lugar, de cada categoria, também foram premiados. O reconhecimento desses professores é essencial para

que se sintam motivados e para que continuem motivando seus alunos a participarem e se engajarem em projetos como estes.

E por fim, quando questionadas sobre os pontos positivos e negativos no desenvolvimento do Concurso obteve-se as seguintes respostas:

"Positivos: Atividade desenvolvida no âmbito municipal; iniciativa de inserção da temática nas escolas; prática educativa visando à conscientização ambiental. Negativos: Atividade sem o oferecimento de formação prévia aos professores; compreensão reducionista e competitivista; ausência de uma avaliação entre os envolvidos na atividade para o aperfeiçoamento da mesma, identificando pontos a serem aperfeiçoados"; ausência de orientações para o desenvolvimento de uma consciência de redução de resíduos, prioridade a ser trabalhada antes da temática de reutilização e atividade isolada do Projeto político pedagógico da Unidade escolar".

"Negativo apenas a forma apressada e solta com que as coisas ocorrem às vezes. Positivos: a participação das crianças, os entusiasmos, a fé e a esperança geradas em torno das expectativas levantadas no processo".

A resposta da primeira professora foi bem abrangente, pois enumerou diversos pontos positivos e negativos, sendo que este último obteve maior destaque. No que se diz respeito aos pontos positivos, foi evidenciado o caráter de âmbito municipal do concurso, o qual abrangeu todas as escolas do município (municipais e estaduais) que desejariam participar.

Quanto aos pontos negativos, já evidenciado em pergunta anterior, não foi realizada a formação prévia dos professores, o que de certa maneira, pode ter sido um fator que prejudicou o desenvolvimento da atividade junto às crianças.

De certa maneira o concurso estimulou uma competição, o que é definido por Lopes (2005) como uma grande oportunidade para o desenvolvimento da capacidade de acreditar em si mesmo para executar uma ação e atingir um determinado objetivo. Porém tal prática foi categorizada como um ponto negativo pela professora A. Podemos entender que concursos promovidos na área da

educação, como as olimpíadas nacionais, funcionam como uma ferramenta para a motivação de estudantes, facilitando desta maneira o aprendizado. Assim como qualquer outra estratégia didática, a elaboração de um concurso deve ser realizada com atenção, estabelecendo objetivos e metodologias claras, para que não se torne uma atividade vazia de significados e que ao contrário de motivar, traga a rivalidade e a difícil aceitação da perda.

A professora aponta também a ausência de uma avaliação acerca do concurso, o que realmente torna-se importante para que se verifiquem as contribuições da ação e se os objetivos propostos inicialmente foram alcançados. Conforme a lei que institui a Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº 9.975 de 27 de Abril de 199), em seu artigo 4º é apresentado como um dos princípios básicos da EA, a permanente avaliação crítica do processo educativo. De acordo com, Pardo-Diaz, (2002, p.124), para que a avaliação seja efetiva faz se necessário avaliar todos os elementos que compõem o projeto educativo, como os objetivos, conteúdos, as metodologias, os recursos, a organização do espaço e do tempo e o relacionamento dos alunos entre si e com os professores.

Outro ponto negativo apontado foi “a *ausência de orientações para o desenvolvimento de uma consciência de redução de resíduos, prioridade a ser trabalhada antes da temática de reutilização*”. Neste contexto, é necessário que os projetos estejam focados também em evitar e/ou amenizar determinado impacto/risco ambiental e não somente mitigar os seus efeitos. Muitas vezes o Gestor Público privilegia ações que remediam, mas que não solucionam o problema.

Por fim a professora afirma que foi uma “*atividade isolada do Projeto político pedagógico da Unidade escolar*”. Entende-se que para o desenvolvimento da EA, como de qualquer outra dimensão educativa, é necessário que a comunidade escolar esteja consciente e comprometida com a formação dos educandos. É preciso a participação conjunta de profissionais como pedagogos, diretores e funcionários, bem como de outros atores sociais, como especialistas, representantes dos órgãos administrativos locais, familiares dos alunos etc., para o desenvolvimento proveitoso das práticas escolares. Dessa maneira, é preciso que a dimensão ambiental esteja internalizada pela escola por meio do currículo, para que seja efetivamente desenvolvida (BRASIL, 1997, p. 75-76).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de o Município de Suzano possuir uma Lei Municipal de Educação Ambiental e uma Política Municipal de Meio Ambiente, fundamentada em quatro eixos estruturantes, notou-se que ações simples de educação ambiental não formal, como o Concurso estudado, ainda encontram muitos desafios durante o seu desenvolvimento.

Falta de cooperação e articulação entre as secretarias responsáveis pela gestão municipal de educação ambiental, inexistência de oferecimento de formação prévia aos professores, ou falta de diálogos que possibilitem a inserção de ações articuladas com a comunidade escolar, foram alguns dos problemas encontrados durante a realização do Concurso “Criando com material reciclável”.

Sugere-se que o Poder Público, como as Prefeituras, juntamente com suas secretarias, como a de educação e de meio ambiente oportunizem condições para que projetos e ações de educação ambiental não formal sejam articulados com a comunidade escolar. Ao invés de culparmos escolas e professores, deveria haver maior pressão da sociedade civil para que os órgãos públicos se empenhem mais em efetivar as suas políticas educacionais, afinal a existência de uma legislação específica sobre educação ambiental, não nos dá a garantia do seu cumprimento.

REFERÊNCIAS

ABNT - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR-14724**. Informação e documentação: formatação de trabalhos acadêmicos. Rio de Janeiro, (jan/2006)

_____. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR-6023**. Informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro, 2002a. (Ago/2002)

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais : meio ambiente, saúde**. Brasília : MEC : SEF, 1997. 128 p. : il. (Parâmetros curriculares nacionais ; v. 9).

_____. LEI nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 28 abr.1999, p.1.Seção 1.

BENTO, A. Investigação quantitativa e qualitativa: Dicotomia ou complementaridade?. **Revista JA** (Associação Acadêmica da Universidade da Madeira), nº 64, ano VII (p. 40-43), Abril/2012. Disponível em: < <http://www3.uma.pt/bento/Repositorio/Investigacaoqualequan.pdf>>. Acesso em 20 jul. 2014.

CARNEIRO, J. D.; ROCHA, M. S. P. de M. L. da. Educação não formal e avaliação: possibilidades, limites e desafios. **Educação Unisinos**. São Leopoldo, v17, n.2 p.102-113, maio/agosto 2013. Disponível em: < <http://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/edu.2013.172.03/2007>>. Acesso em 17 Maio 2014.

CARNEIRO, S. M. M. **A dimensão ambiental da educação escolar de 1ª- 4ª séries do ensino fundamental na rede escolar pública da cidade de Paranaguá**. 1999. 320 f. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1999. Disponível em: http://www.comscientia-nimad.ufpr.br/2006/01/artigos/sonia_sintese.pdf>. Acesso em: 14 Out. 2013.

DIAS, G.F. **Educação Ambiental: princípios e práticas**. 8ed. São Paulo: Global, 2003.

LAMOSA, R. A. C.; LOUREIRO C.F. B. A educação ambiental e as políticas educacionais: um estudo nas escolas públicas de Teresópolis (RJ). **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n.2, p. 279-292, mai./ago. 2011.

LOPES, Maria da Glória. **Jogos na Educação: criar, fazer, jogar**. São Paulo: Cortez, 2005.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Educação a Distância. **Museu e escola: educação formal e não-formal**. Ano XIX – Nº 3 – Maio/2009. Disponível em <<http://portaldoprofessor.mec.gov.br/storage/materiais/0000012191.pdf>>. Acesso em 23 nov.2013.

NARCIZO, K. R. S. **Uma análise sobre a importância de trabalhar educação ambiental nas escolas**. Revista eletrônica do mestrado em educação. Ambiental. Rio Grande do Sul, v. 22, p.86-94, jan./jul.2009. Disponível em: <<http://www.seer.furg.br/remea/article/view/2807/1585>>. Acesso em: 30 Out. 2013.

OLIVEIRA, M. E de. OLIVEIRA A. M. de. Educação ambiental e construção de valores: as práticas pedagógicas aplicadas na Fundação Bradesco – Unidade Ceilândia/DF. **Revista Brasileira de Educação Ambiental – Revbea**. Rio Grande, v.7, n.1, p.68-79, 2012.

ONU. **Declaração de Estocolmo de 1972**. Disponível em: <www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/_arquivos/estocolmo.doc>. Acesso em: 26 jul 2014.

PÁDUA E TABANEZ *apud* REIS L.C.L.; SEMÊDO L.T.A.S.; GOMES R.C.G. Conscientização Ambiental: da Educação Formal a Não Formal. **Revista Fluminense de Extensão Universitária**, Vassouras, v. 2, n. 1, p. 47-60, jan/jun., 2012. Disponível em: <<http://www.uss.br/pages/revistas/revistafluminense/v2n12012/pdf/005-Ambiental.pdf>>. Acesso em: 06 Nov. 2013.

PARDO-DÍAZ, A. **Educação Ambiental como projeto**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

PREFEITURA DE SUZANO. **Educação ambiental em Suzano: Relato da construção da política e do sistema de educação ambiental do município**. Prefeitura de Suzano, Dezembro, 2012. Livro *on line*. Disponível em: <<http://www.4shared.com/web/preview/doc/i6tUab3D>>. Acesso em: 12 Ago.2014.

PRÍNCEPE, L.M.; DIAMANTE, J. Desmistificando a educação não formal. **Revista Acadêmica Eletrônica Sumaré**. São Paulo, 6ed. 2011. Disponível em: <http://www.sumare.edu.br/Arquivos/1/raes/06/raesed06_artigo01.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2013.

REIGOTA, Marcos. **O que é educação ambiental?** São Paulo: Brasiliense, 2001.

REIS, C.L.; SEMÊDO, L.T.A.; GOMES, R.C. Conscientização Ambiental: da Educação Formal a Não Formal. **Revista Fluminense de Extensão Universitária**. Vassouras, v. 2, n. 1, p. 47-60, jan/jun., 2012. Disponível em: <<http://www.uss.br/pages/revistas/revistafluminense/v2n12012/pdf/005-Ambiental.pdf>>. Acesso em : 20 Jun. 2014.

SÃO PAULO. Secretaria do Meio Ambiente. **Análise e planejamento de políticas públicas no Sistema Ambiental Paulista [recurso eletrônico]: desafios, resultados e recomendações**. São Paulo: SMA, 2012. 130p.

Disponível

em:<http://www.ambiente.sp.gov.br/cpla/files/2012/01/Analise_e_Planejamento_de_PP_no_SistAmbiPta1.pdf>. Acesso em 16 jul.2014.

SEGURA, D. de S. B. **Educação Ambiental na Escola Pública: da curiosidade ingênua à consciência crítica**. São Paulo: Annablumme/Fapesp, 2001. p.45

SOUZA, C. R. T. A educação não formal e a escola aberta. In: VIII Congresso Nacional de Educação – EDUCERE. Curitiba. **Anais**. Champagnat, 2008. p. 3118-3128. Disponível em

<http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/444_356.pdf>.

Acesso em: 23 nov.2013.

APÊNDICE

APENDICE A - ENTREVISTA REALIZADA COM AS DOCENTES

1) Os projetos de educação ambiental promovidos pela Secretaria da Educação (SME) e /ou outras secretarias do município são desenvolvidos em parceria com a sua escola?

2) Você acredita que projetos e/ou ações, como o Concurso "Criando com material reciclável", promovidos pela Prefeitura, podem colaborar na tarefa de instruir seus alunos, sobre este e vários outros conteúdos? Explique.

3) No concurso " Criando com material reciclável", foi realizado pela Secretaria da Educação algum tipo de treinamento ou outro tipo instrução junto aos professores e/ou à direção da escola?

4) Você notou o interesse/motivação de seus alunos em participarem do Concurso? e você professor? Sentiu- se motivado?

5) A fim de elucidar a temática do concurso (materiais recicláveis) aos alunos, como você conseguiu abordar o assunto no dia -a -dia da sala de aula ? Caso a temática não tenha sido abordada, explique o motivo.

6) Você achou importante a premiação dos professores participantes? Por quê?

7) Descreva os pontos positivos e negativos no desenvolvimento do Concurso.